

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

09 de março de 2021



AUXÍLIO SIM, DESMONTE NÃO!

O Senado aprovou, no dia 4 de março, a PEC 186/2019 (PEC Emergencial) sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no Orçamento da União. A alteração da Constituição incluiu a previsão do auxílio emergencial.

No texto da PEC o governo criou algumas armadilhas incluindo temas extremamente sensíveis para o conjunto da população brasileira: redução salarial de servidores públicos e o fim da vinculação orçamentária mínima para a educação e a saúde. A proposta segue para a Câmara, que realiza nesta terça-feira, 9 de março, sessão para análise da PEC Emergencial. A proposta é o item único da pauta do Plenário e tem como relator o deputado Daniel Freitas (PSL-SC).

MAIS DE 266 MIL MORTES POR COVID-19

Chegamos a 11 milhões de pessoas comprovadamente contaminadas e mais de 266 mil mortes, com a pandemia em expansão e os sistemas de saúde em colapso. Mas o governo continua estimulando o caos.

A vacinação segue a conta-gotas e o Presidente segue negando a gravidade da situação e mostrando com cruzeza sua insensibilidade, ao questionar a dor de quem perdeu familiares e amigos.

Articula-se em Brasília um arranjo para colocar a cúpula do Congresso no comando do combate à crise da Covid-19, com o respaldo de governadores e até a participação do próprio ministro da Saúde. Além de estimular a negligência junto a população, o Governo vetou recursos da Lei Rouanet para cidades com restrições de circulação pela Covid-19.



CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS


Manifestações de intolerância e absurdos tem sido vistos por todos os lados. Exemplos recentes foram o termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado por dois professores universitários, para sustar um possível processo administrativo. A medida foi motivada por denúncia protocolada pelo deputado federal Bibó Nunes (PSL-RS) junto à Controladoria-Geral da União (CGU), por terem criticado o presidente Jair Bolsonaro na condução da pandemia. Com um motivo como esse podemos esperar milhares de processos, pois elogiar a trágica condução do governo na pandemia não nos parece opção possível.

Estarrecedora é também a medida adotada por uma Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, que questionou o uso do punho erguido em cartaz convocando para uma ação em torno do Dia Internacional da Mulher, porque este “faz uso de símbolos que se referem a ideais de esquerda, tais como marxistas, comunistas, e de movimentos sociais diversos (negros, feministas, etc.) e ativistas”.

DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

No mês do Dia Internacional de Luta das Mulheres, infelizmente não temos muito o que comemorar. Para além da pandemia que sobrecarrega ainda mais as mulheres e trouxe consigo também um aumento da violência doméstica, temos um governo que vem sistematicamente retirando e fragilizando direitos duramente conquistados e enfraquecendo organismos que eram responsáveis pela implementação de políticas no campo dos direitos humanos, da igualdade de gênero, da igualdade racial, dos direitos sociais de uma maneira geral.

Em coletiva no dia 7 de março, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, divulgou o balanço de dados sobre violência contra a mulher dos canais de denúncias de direitos humanos do Governo Federal. Em 2020, 105.671 denúncias de violência contra a mulher foram registradas nas plataformas do Ligue 180 e do Disque 100.

Também foi lançada a atualização de dados do painel da Ouvidoria do Ministério com destaques à violência em ambiente doméstico e familiar. [Confira o vídeo da coletiva.](#) 

Responsável pela divulgação desses números, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos gastou apenas 25% da verba dedicada a ações de combate à violência contra a mulher, o menor percentual em dez anos. Sem redes de apoio, como creches e escolas, e divisão das tarefas domésticas, mulheres ficam mais vulneráveis. [O percentual de mulheres procurando emprego no Brasil no segundo trimestre de 2020 caiu ao mesmo nível de 30 anos atrás, 45,8%.](#)

IMPACTO DA COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES

A deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ) e outras cinco deputadas, todas integrantes da Frente Feminista Antirracista com Participação Popular, apresentaram o [Requerimento 377/2021](#), para criação de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres brasileiras. Na justificativa da proposta as Autoras chamam a atenção que, no Brasil, em que pese a persistência da maior taxa de mortalidade entre os homens, o vírus tem afetado desproporcionalmente as mulheres, além de outros segmentos da sociedade, como a população negra e indígena. E chama a atenção para a sobrecarga de trabalho e o aumento da violência doméstica.

Por ironia, em pleno mês do Dia Internacional de Luta das Mulheres, [o Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, decidiu não punir Fernando Cury](#) (Cidadania) por seu crime de assédio contra a deputada Isa Penna (Psol). A decisão foi afastá-lo por 119 dias e não interromper o funcionamento do seu gabinete. Quase um prêmio!

Outra notícia que circulou nas redes (ainda não confirmada) afirma que Bolsonaro pode se filiar ao Partido da Mulher Brasileira para concorrer às Eleições de 2022. Pode ser que tenha Lula como adversário, [já que os processos contra o ex-presidente sofreram uma reviravolta por uma decisão de Fachin no STF e agora ele está, novamente, elegível.](#)

PROPOSTAS APROVADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Tivemos a aprovação do [REQ 2881/2020](#), de autoria do deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS) e outros, assegurando urgência na apreciação do [PL 5043/2020](#), que dispõe sobre o teste do pezinho ampliado. A proposta causou reações do Ministério da Saúde, que alegou a necessidade de maior discussão sobre o PL, pois não teria estrutura para arcar com os custos da medida.

EM PAUTA NA SEMANA

A decisão sobre a presidência das Comissões da Câmara pode acontecer nesta semana. Com o apoio de Artur Lira, Bia Kicis (PSL/DF) será mesmo a presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Além desta, o PSL também deve ficar com a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

No mês onde se comemora o Dia Internacional da Mulher (08 de março), a Bancada Feminina discute lista de 72 propostas prontas para serem votadas na Câmara dos Deputados.

Os projetos que estávamos de olho também não foram votados e continuam na [pauta da semana](#). São eles:

- Projeto de Lei nº 2.442/2020, sobre os pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal;
- Projeto De Lei Nº 5.096/2020, sobre a audiência de instrução e julgamento nos casos de crimes contra a dignidade sexual. Foi aprovado também o [REQ 2791/2020](#) e ele entrou em regime de urgência. Como explicamos no Radar da semana passada, tramitam juntos um conjunto de projetos relacionados à violência institucional, motivados pelo caso Mariana Ferrer.
- Projeto de Lei nº 1.267/2020, com o objetivo de ampliar a divulgação do Disque 180 enquanto durar a pandemia do Covid-19.

As demais ainda não foram para a pauta.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Enfrentamento à violência contra as mulheres

Três propostas apresentadas no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres, alteram a Lei Maria da Penha:

- PL 650/2021, de autoria do senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), sobre a execução da sentença condenatória pela prática de violência doméstica e familiar. O objetivo é garantir a reparação civil à ofendida e a seus herdeiros;
- PL 651/2021, de autoria do deputado José Guimarães (PT/CE), tipifica crime de desobediência e agrava a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência;
- PL 741/2021, de autoria da deputada Margarete Coelho (PP/PI), sobre medidas de combate à violência contra a mulher, e cria o Programa de Cooperação “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”.

Vale lembrar que a crítica do Consórcio da Lei Maria da Penha, do qual fazemos parte, é que a maior parte das propostas nesse campo são apresentadas sem escuta e diálogo com as organizações de mulheres. A maioria traz o recrudescimento penal como única proposta de enfrentamento, quando a posição histórica do movimento é garantir as políticas públicas intersetoriais. Além disso, quando se tratam de campanhas, não há nenhuma avaliação sobre linguagem e eficácia, mesmo em se tratando de ações que demandam recursos públicos.

Banco de empregos para mulheres em situação de violência

PL 633/2021, de autoria do deputado José Guimarães (PT/CE), institui o Banco de Empregos para as Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Gravidez como justificativa para aumento de pena


PL 686/2021, de autoria do deputado Carlos Bezerra - MDB/MT, altera o trecho do Código Penal sobre abandono de incapaz para incluir nos itens de agravamento de pena o caso de a vítima estar grávida.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Proposta revê crime de estupro de vulnerável

O [PL 739/2021](#), de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), altera o Código Penal, dando-lhe nova redação, a fim de estender os efeitos da norma para quando o crime de que trata o artigo for cometido contra pessoa de idade igual a 14 (catorze) anos. A princípio o projeto não tem nada demais.

Sobre esse assunto, aproveitamos para indicar o debate organizado pelo Instituto Patrícia Galvão, com o tema “Percepções da população brasileira sobre o estupro de meninas e mulheres”, que acontece no dia 11 de março (quinta-feira), às 16h. Transmissão pelo [youtube](#) e pelo [facebook](#) do Instituto Patrícia Galvão. 

Sessões Especiais no Senado

A senadora Rose de Freitas (MDB/ES) apresentou o [RQS 732/2021](#), para Sessão especial para homenagear o PROVID e o [RQS 708/2021](#), para Sessão Especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Cesárea e analgesia no SUS, por decisão da mulher

[PL 768/2021](#), de autoria do deputado Neucimar Fraga (PSD/ES), garante a gestante o direito de optar pela realização de parto por cesariana, no Sistema Único de Saúde – SUS, bem como a utilização de analgesia. Mesmo quando escolhido o parto normal e desde que observada à indicação médica para o caso.

Proposta amplia o Programa Nacional de Triagem Neonatal

[PL 652/2021](#), de autoria do deputado Tiago Dimas (SOLIDARI/TO), reformula e amplia o Programa Nacional de Triagem Neonatal – PNTN.

PDL questiona Decreto que retira autonomia de Conselho

De autoria da deputada Maria do Rosário (PT/RS), o [PDL 100/2021](#) susta os efeitos do Decreto 10.643, de 03 de março de 2021, sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Ao menos 30% das cadeiras para as mulheres em todos os cargos eleitos pelo voto proporcional

O senador Wellington Fagundes (PL/MT) apresentou o [PL 752/2021](#) e o [PL 763/2021](#) alterando o Código Eleitoral, para estabelecer a reserva de, ao menos, trinta por cento das cadeiras dos Legislativos - Federal, Estaduais e Distrital, assim como Câmaras Municipais - para mulheres. E reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas femininas.

Vale táxi social para gestantes

[PL 666/2021](#), de autoria do deputado Nereu Crispim (PSL/RS), cria o programa "Vale táxi social" em todo o território nacional, destinado ao transporte de pessoas idosas, portadoras de doenças crônicas e de gestantes em situação de vulnerabilidade social, à unidade de saúde pública local.

Absorventes e coletores menstruais gratuitos

[PL 672/2021](#), de autoria da deputada Lauriete (PSC/ES), estabelece garantia de concessão gratuita de absorventes e tampões higiênicos. Já a [INC 202/2021](#), de autoria do deputado Denis Bezerra (PSB/CE), sugere a oferta de coletores menstruais no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Mais mulheres refletindo sobre a reforma da legislação eleitoral

[REQ 6/2021](#), de autoria da deputada Leandre (PV/PR), requer a inclusão de especialistas para participar das audiências públicas que constam no Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho de Reforma da Legislação Eleitoral.

Proposta institui um sistema brasileiro participativo de proteção social

[PL 678/2021](#), de autoria do senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), regulamenta a Constituição Federal, para estabelecer a participação da sociedade nas políticas sociais planejadas pelo Poder Público, e institui o sistema brasileiro participativo de proteção social.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Damares é convidada a responder sobre diminuição de recursos para políticas para as mulheres

REQ 8/2021, de autoria do deputado Fábio Henrique (PDT/SE), requer que seja enviado convite à Ministra de Estado da Mulher, da Família e do Direitos Humanos, para, em audiência pública, discorrer sobre o orçamento apresentado na Proposta de Lei Orçamentária para 2021 (PLN nº 28/2020-CN). A proposta de orçamento para 2021 da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, vinculada ao Ministério da Mulher, é dezoito por cento menor em relação ao proposto inicialmente para 2020.

Cultos e toda e qualquer atividade religiosa como essencial

Cinco propostas propõem considerar as atividades religiosas como serviço essencial: PL 628/2021, de autoria do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE); PL 654/2021, de autoria do deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA); PL 668/2021, de autoria do deputado Pastor Eurico (PATRIOTA/PE); PL 710/2021, de autoria do deputado André Ferreira (PSC/PE); e PL 751/2021, de autoria do deputado Pastor Gil (PL/MA).

Propostas querem liberar mais armas

PL 671/2021, de autoria do deputado Capitão Fábio Abreu (PL/PI), altera o Estatuto do Desarmamento para autorizar o uso de armas pelas guardas municipais, independentemente do número de habitantes.

Já o PL 696/2021, de autoria do deputado Carlos Bezerra (MDB/MT), altera o Estatuto do Desarmamento, para que proprietários de armas que não funcionem não sejam apenados por “posse irregular de arma de fogo de uso permitido”.

VALE A PENA CONFERIR!



A Articulação de Mulheres Brasileiras lançou Vídeo Manifesto para saudar a luta das mulheres e denunciar, enfrentando com a rebeldia feminista e com a força de nosso movimento, o descaso desse (des)governo e dos bolsonaristas! Pela Vida das Mulheres #ForaBolsonaroeMourão



Cfemea

Salve o 8 de Março: dia de resistência, fúria e luta feminista



Rede Observatório da Segurança

Boletim A dor e a luta: números do feminicídio traz dados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.



Revista Piauí

"A gente acolhe" - A saga de um obstetra e a hipocrisia brasileira sobre o aborto



Live sobre Serviços de Atenção ao Aborto Previsto em Lei

Nesta terça, 9 de março às 19h30, acontece a live de lançamento do artigo Serviços de Atenção ao Aborto Previsto em Lei: desafios e agenda no Brasil. A jornalista Fernanda Mena entrevistará os autores Cristiano Rosas e Helena Paro e o lançamento será transmitido na página do Facebook da campanha Nem Presa Nem Morta.



Radar elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.